

## **LEI ORDINÁRIA Nº 377**

*de 16 de maio de 2001*

**"Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas, e determina outras providências."**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:*

### **Art. 1º..**

*Fica instituído, no âmbito deste Município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas, com recursos do Programa Nacional de Renda Mínima, instituído pelo Governo Federal.*

#### **1º**

*São beneficiárias do programa instituído por esta Lei as famílias com renda familiar per capita até R\$ 90,00 (noventa reais) mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre 06 (seis) e 15 (quinze) anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento).*

#### **2º**

*Para os fins do parágrafo anterior, considera-se:*

#### **I.**

*família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;*

## **II.**

*para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União; e*

## **III.**

*para determinação da renda familiar per capita, a soma dos rendimentos brutos auferido pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.*

## **3º**

*O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda familiar per capita fixado no § 1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.*

## **Art. 2º..**

*O programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.*

## **1º**

*O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para o atingimento dos objetivos do programa.*

## **2º**

*As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.*

### **Art. 3º..**

*Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formular a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa-Escola", instituído pelo Governo Federal.*

#### **1º**

*Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.*

#### **2º**

*Compete à Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desempenhar as funções de responsabilidade do Município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculadas à educação - "Bolsa-Escola".*

### **Art. 4º..**

*Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, com as seguintes competências:*

#### **I.**

*acompanhar e avaliar a execução das ações definidas na forma do § 1º do art. 2º;*

#### **II.**

*aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiárias do programa;*

#### **III.**

*aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias;*

#### **IV.**

*estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;*

**V.**

*desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima - "Bolsa-Escola";*

**VI.** *elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e*

**VII.**

*exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.*

**1º**

*O conselho instituído nos termos deste artigo terá 06 (seis) membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:*

**I.**

*01 (um) representante do Sinditato Rural de Chapadão do Sul;*

**II.**

*01 (um) representante do Rotary Club;*

**III.**

*01 (um) representante do Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;*

**IV.**

*03 (três) membros de livre nomeação.*

**2º**

*A participação no conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvado o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.*

**3º**

*É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.*

**Art. 5º..**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

**Art. 5º..**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Chapadão do Sul - MS, 16 de Maio de 2001.*

*JOÃO CARLOS KRUG*Prefeito Municipal

---

*Lei Ordinária Nº 377/2001 - 16 de maio de 2001*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*